

---

ARQUEOLOGIA DA PAISAGEM

---

E A POTENCIALIDADE

---

INTERPRETATIVA

---

DOS ESPAÇOS

---

SOCIAIS\*

---

ANA CRISTINA DE SOUSA\*\*

*Resumo: este artigo visa a discutir aspectos relacionados à potencialidade interpretativa dos espaços sociais, num reconhecimento de que a sua incorporação como objeto de análise arqueológica pressupõe lidar com seu duplo aspecto, como produto e vetor de relações sociais. Neste sentido, o espaço não se constitui em um mero reflexo de processos socioculturais, mas atua como um de seus fatores constitutivos, interferindo em sua configuração simbólica, recebendo, processando e transmitindo mensagens sociais.*

*Palavras-chave: arqueologia da paisagem, geografia cultural, sistema de significados*

**A**s pesquisas desenvolvidas no campo subdisciplinar da Arqueologia da Paisagem contribuem, cada vez mais, para instigar discussões acerca da crescente dificuldade de se estabelecer uma delimitação precisa entre os diversos domínios das ciências sociais. Crescentemente se consolida a convicção de que as fronteiras entre eles devem ser atenuadas mediante a criação de zonas de interseção e estímulo à interdisciplinaridade, objetivando o aprimoramento das análises particulares e uma melhor apreensão dos fenômenos investigados.

Nas últimas décadas, algumas disciplinas que trabalham com a questão do espaço/paisagem cultural, como a Geografia, Arquitetura e Arqueologia, se estruturaram com argumentos extraídos da Antropologia, Filosofia e Teoria Social, e, de início, cada uma enfatizou as idéias de forma diferente.

Um paralelo entre a Geografia Cultural e a Arqueologia, por exemplo, mostra-nos que, a princípio, enquanto a segunda desenvolvia uma abordagem mais calcada no estruturalismo, a primeira recebia influências diretas da fenomenologia e hermenêutica. Atualmente, estes campos foram consideravelmente expandidos, o que tem suscitado o desenvolvimento de linhas de inferência muito próximas.

Mediante uma rápida avaliação do histórico destas disciplinas, é possível constatar que a abordagem comportamental, funcionalista e positivista da Nova Arqueologia (surgida nos anos 1960) retardou um processo que já se efetivava na Geografia, ou seja, o de perscrutar a mente humana e o significado do comportamento e da cultura material. As décadas subseqüentes, por sua vez, foram caracterizadas por uma forte reação ao positivismo e empirismo em ambas as disciplinas, sendo as questões de subjetividade individual, significado e simbolismo as molas propulsoras dos debates que passaram a dominar o cenário intelectual.

Hodder (1987, p. 136-9), ao avaliar o arcabouço teórico das duas disciplinas, conseguiu identificar alguns princípios de divergência e convergência no que diz respeito à forma como elas lidaram – e ainda lidam – com a abordagem dos significados simbólicos, considerados com base numa perspectiva temporal. Para tanto, ele fez questão de esclarecer que, enquanto a Geografia se caracteriza por ser uma ciência espacial, o espaço constitui apenas um dos domínios da Arqueologia, que, durante muito tempo, privilegiou outros – como arte, estilo, sepultamentos, rituais etc. – em suas análises sobre o simbolismo.

Os princípios de divergência podem ser mais bem focalizados no decorrer das décadas de 1960 e 1970. Na Arqueologia, as questões espaciais passaram a ser abordadas no âmbito da relação entre territorialidade, acessibilidade aos recursos, comportamento humano, interação social, troca de informação, variabilidade tipológica e estilo da cultura material – por Wobst, Hodder, Wiessner, Plog, Longacre, entre outros –, quando a base funcionalista de muitos modelos criados relegava os artefatos e o simbolismo a um papel passivo.

Nos anos subseqüentes, enquanto a Arqueologia se familiarizava com a abordagem estrutural, a Geografia se beneficiava com o testemunho oral e escrito em estudos de fenomenologia, enfatizando a intencionalidade e a subjetividade na interpretação das paisagens culturais modernas. A fenomenologia, vale observar, é compreendida pelos geógrafos como proporcionando um arcabouço filosófico para as abordagens humanistas, permitindo-lhes converter o espaço em lugar, definido como “um centro de significado ou um foco da conexão emocional humana [que] dá às pessoas um senso de identidade” (HODDER, 1987, p. 139-41). Para Tuan (1983), por exemplo, o espaço, ao se tornar familiar, se transforma em lugar, que é um mundo ordenado e significativo.

Na década de 1980, com as críticas desfechadas às diversas abordagens, como a fenomenológica, a positivista e a estruturalista, observou-se uma convergência nas duas disciplinas, enriquecida pelos debates que se implementavam no marxismo contemporâneo, especialmente sobre o tema da ideologia. “Em escalas diferentes, as relações espaciais podiam servir para mascarar, naturalizar ou mistificar contradições tanto entre grupos sociais com interesses distintos como entre forças e relações de produção” (HODDER, 1987, p. 141).

Os discursos na Arqueologia e na Geografia Cultural passaram a ser fortemente influenciados pelas próprias críticas feitas ao marxismo, que, por sua vez, tinham relação direta com algumas outras associadas ao estruturalismo, neoevolucionismo e funcionalismo. Estas se centravam, basicamente, “na relação entre o indivíduo e a sociedade e entre idéia e prática” (HODDER, 1987, p. 143). Os trabalhos de Anthony Giddens, Pierre Bourdieu, Mary Douglas e Michel Foucault, entre outros, foram decisivos no redirecionamento das pesquisas, que passaram, então, a não mais perceber os indivíduos como elementos passivos, regulados por estruturas inconscientes e sociais, por universais psicológicos ou por sistemas (HODDER, 1987; TRIGGER, 1989; RENFREW; BAHN, 1993; SHACKEL; LITTLE, 1992). Ao serem incorporados ao centro das discussões teóricas travadas nos âmbitos

da Arqueologia e Geografia, os indivíduos e a própria cultura – tanto em termos holísticos quanto específicos, por exemplo, a cultura material – passaram a compartilhar um *status* ativo na configuração e mudança social. Questões associadas ao significado, simbolismo e subjetividade do comportamento humano e da cultura material romperam com as tradicionais análises que, até então, permitiam distinguir os métodos de inferência utilizados por estas disciplinas. É uma base comum de fundamentação teórica, viabilizada pelas leituras em Teoria Social, vem resultando em posturas muito semelhantes no exercício da Arqueologia e da Geografia Cultural.

Vasconcelos (1999, p. 543-64), ao discorrer sobre a contribuição da Geografia e ciências afins para os estudos sobre as cidades, mediante um exame crítico da produção bibliográfica, igualmente considera que, com base na utilização de abordagens teóricas inspiradas nas correntes marxistas, fenomenológicas e no ecletismo – influenciado pelo pós-modernismo –, não há mais espaço para a segregação entre os diferentes ramos do conhecimento que tomam como objeto a cidade e a sociedade urbana, corroborando nossa posição. Vai mais longe, porém, ao questionar a validade de um estudo disciplinar da cidade, ou seja, se seria “possível a uma disciplina captar a complexidade das cidades”, considerada a diversidade de prismas de análise, divergentes ou convergentes, enfim, relacionais, e, no mais das vezes, complementares.

É evidente que os discursos que vêm sendo construídos por estas disciplinas estão interconectados e, embora um diálogo efetivo ainda não se tenha estabelecido entre a Arqueologia e a Geografia, algumas posturas refletem um grau de amadurecimento extremamente benéfico para a sua consolidação. Em cada uma, tornam-se claros os interesses de transpor obstáculos e de enriquecimento acadêmico, que em nada lembram procedimentos presos a preocupações de definição de campos de atuação disciplinares, aliás, preocupações que há muito deixaram de estar em pauta nas discussões acadêmicas.

A incorporação da paisagem, culturalmente determinada como objeto de análise pela Arqueologia, resulta da convicção de que, por se tratar de um elemento da cultura material, passível de ser analisado como um artefato, se enquadra em seu campo de investigação. A perspectiva que concebe as paisagens como artefatos lida, intrinsecamente, com a ambigüidade de sua própria natureza, ou seja, com seu caráter passivo (como produto de relações sociais) e ativo (como vetor de relações sociais) (BEZERRA DE MENEZES, 1983). Duncan (1990) refere-se a essa dupla qualidade da paisagem como estruturada e estruturante, respectivamente, inspirando-se em Barthes (1974). Conseqüentemente, o seu potencial como instrumento de inferência é redimensionado, o que vem permitindo aos arqueólogos e geógrafos culturais, particularmente, elaborarem profícuas reflexões sobre a forma como a paisagem atua na configuração das sociedades, imprimindo valores, normatizando e influenciando comportamentos, legitimando e naturalizando desigualdades, bem como exprimindo resistências.

Algumas pesquisas, inicialmente desenvolvidas dentro da Geografia Cultural (DUNCAN, 1985; 1990; 1994), mas gradativamente se generalizando na Arqueologia (McGUIRE, 1991; MROZOWSKI, 1991; PAYNTER, McGUIRE, 1991; ROTMAN, NASSANEY, 1997; YAMIN, METHENEY, 1996), têm compreendido a paisagem como uma produção cultural integrada tanto à reprodução como à contestação do poder político. Com isso, abordagens mais amplas vêm sendo desenvolvidas, discutindo o significado da paisagem para quem a construiu ou para quem veio a ocupá-la, fortemente calcadas em um enfoque teórico sociopolítico, cujo objeto de estudo não é apenas a paisagem, como cultura material, mas, também, o homem que com ela interage. Nesses termos, a paisagem não se constitui em um mero reflexo de processos socioculturais, mas atua como um de seus fatores constitutivos.

295 Duncan (1990), ao desenvolver uma perspectiva hermenêutica na interpretação da paisagem, passou a percebê-

la como um sistema de significados, admitindo forte influência de vários intérpretes da paisagem como Roland Barthes, Michel de Certeau, Clifford Geertz, além de geógrafos culturais como Denis Cosgrove, Stephen Daniels e David Ley; autores que, apesar de diferirem em suas perspectivas quanto à natureza da teoria e da interpretação, compartilham o objetivo de elucidar processos culturais mediante o estudo das paisagens. Ao considerar a premissa de que uma paisagem, como a forma física de uma cidade, codifica informação, cientistas sociais passaram a lidar com questões associadas aos conceitos de intertextualidade (de acordo com o qual o contexto de qualquer texto representa outros textos), campo discursivo, discurso e narrativa, bem como com princípios da teoria sociosemiótica crítica de Barthes (1974; 2001) e Certeau (2000).

A característica da paisagem como um terreno no qual se efetiva a luta entre diferentes códigos de construção de significado (DANIELS; COSGROVE, 1994) remetem-nos, novamente, à sua percepção como um texto. Em termos sociais, as representações também operam dentro de campos discursivos presentes em todas as instituições – lei, ciência, religião, política etc. – que, por sua vez, contêm um número de discursos constituídos por um conjunto de narrativas, conceitos e ideologias relevantes. Os discursos são definidos como um arcabouço de inteligibilidade, dentro do qual as práticas sociais são comunicadas, negociadas ou alteradas, ao mesmo tempo em que servem de instrumento na luta pelo poder político, posto que ideologias e relações de poder são inerentes à linguagem e à estrutura narrativa dos discursos.

Para se elaborar uma interpretação do significado de uma determinada paisagem, é preciso identificar os diferentes discursos que atuam na sua configuração, lidando, concomitantemente, com dois níveis de observação: um que diga respeito à vida social num plano geral, e outro, associado às relações de poder em particular; em ambos se deve procurar compreender como essas relações são constituídas,

reproduzidas e contestadas. Com base nesse princípio, Duncan (1990, p. 4-5) descreve o processo de inferência nos estudos da paisagem como se constituindo de duas etapas: “o exame dos mecanismos com os quais a paisagem trabalha”; e “o papel da paisagem na constituição da prática social e política”.

A paisagem, concebida como artefato, atua de forma decisiva na configuração simbólica de uma dada realidade social. Tuan (1983, p. 114-9), utilizando-se da expressão “o hábito embota a mente”, traduz bem o potencial do espaço construído para aguçar a percepção humana, definindo as suas funções sociais, relações e sensações – como interior/exterior, fechado/aberto, privado/público etc. – e transformando-as em algo concreto. Por meio de uma analogia entre linguagem e ambiente construído, ele constata que ambos têm o poder de definir e aperfeiçoar a sensibilidade e ampliar a consciência, servindo – ao revelar e instruir – a um propósito educacional. Ademais, eles articulam a ordem social.

Bourdieu e Appadurai (*apud* PURSER, 1992), reforça a premissa de que o espaço e os objetos participam, ativamente, de um processo de comunicação não apenas por serem consumidos, mas porque esse próprio consumo implica um domínio prático ou explícito de um código de significados sociais, no qual a cultura material assume sua configuração e atua. Isso significa dizer que a estruturação da paisagem não se caracteriza apenas como um processo mecânico, mediante o qual novas disposições espaciais surgem, mas que o significado das reordenações remete a um processo de comunicação engendrado pelos agentes sociais. A cultura material e, neste caso específico, a paisagem não apenas transmitem mensagens sociais, mas as recebem e processam, dentro de um código de significados compartilhado pelos indivíduos. Ao criar, reproduzir e transformar relações sociais, o ambiente construído é utilizado para reforçar as relações de poder, autoridade, desigualdade e resistir a elas, facilitando atividades e movimentos de alguns indivíduos e dificultando os de outros (ROTMAN; NASSANEY, 1997).

Paynter e McGuire (1991), ao considerarem duas questões dominantes na Arqueologia quanto às considerações sobre o passado humano – uma que enfatiza o peso da tradição, desenvolvida pelos pesquisadores que seguem a abordagem histórico-cultural, e outra que procura entender as mudanças na relação entre sociedade e natureza, característica dos ecologistas culturais –, advogam uma terceira posição, uma abordagem político-econômica que enfatize as lutas entre membros da sociedade no exercício do poder social. Esta postura compartilha os mesmos princípios das pesquisas desenvolvidas, na Geografia Cultural, por Duncan (1990; 1994), o que reforça a convergência a que se referia Hodder (1987); tanto que é possível verificar em Arqueologia os desdobramentos desse tipo de abordagem político-econômica, haja vista a pesquisa empreendida por Rotman e Nassaney (1997), voltada para padrões de assentamento de microescala e organização social, associados ao desenvolvimento e à reprodução da estratificação social.

Embora esta seja uma estratégia de interpretação apta a ser aplicada a variados domínios – como as origens da produção agrícola, construções megalíticas e dinâmicas de assentamento regional, entre outros –, é no contexto histórico que ela vem se consolidando, obviamente em função da riqueza documental que dá suporte às análises. E é também dentro desta abordagem que a Arqueologia da Paisagem encontra um campo particularmente fértil para a sua fundamentação teórico-metodológica.

#### Referências

- BARTHES, R. *Elementos de semiologia*. São Paulo: Cultrix, 1974.
- BARTHES, R. *A aventura semiológica*. São Paulo: M. Fontes, 2001.
- BEZERRA DE MENESES, U. O estudo da cultura material nas sociedades antigas. *Revista de História, Nova Série*, São Paulo, n. 115, p. 110-113, 1983.
- CERTEAU, M. *A invenção do cotidiano*. 1. Artes de fazer. Petrópolis: Vozes, 2000.

DANIELS, S.; COSGROVE, D. Spectacle and text: landscape metaphor in cultural geography. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Eds.). *Place / culture / representation*. London: Routledge, 1994. p. 57-77.

DUNCAN, J. S. The house as symbol of social structure. In: ALTMAN, I.; WENER, C. M. (Eds.). *Home environments: human behavior and environment - advances in theory and research*. London: Plenum Press, 1985. V. 8, p. 133-151.

DUNCAN, J. S. *The city as text: the politics of landscape interpretation in Kandyan Kingdon*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

DUNCAN, J. S. Representing power: the politics and poetics of urban form in the Kandyan Kingdon. In: DUNCAN, J.; LEY, D. (Eds.). *Place / culture / representation*. London: Routledge, 1994. p. 232-248.

HODDER, I. Converging traditions: the search for symbolic meanings in archaeology and geography. In: WAGSTAFF, J. M. (Ed.). *Landscape of culture: geographical & archaeological perspective*. New York: Basil Blackwell, 1987. p. 134-145.

McGUIRE, R. H. Building power in the cultural landscape of broome county, New York 1880 to 1940. In: McGUIRE, R.H.; PAYNTER, R. (Eds.). *The archaeology of inequality*. Cambridge Massachusetts: Basil Blackwell, 1991. p. 102-124.

MROZOWSKI, S. A. Landscape of Inequality. In: McGUIRE, R.H.; PAYNTER, R. (Eds.). *The archaeology of inequality*. Cambridge Massachusetts: Basil Blackwell, 1991. p. 79-101.

PAYNTER, R.; McGUIRE, R. H. The archaeology of inequality: material culture, domination, and resistance. In: McGUIRE, R. H.; PAYNTER, R. (Eds.). *The archaeology of inequality*. Cambridge Massachusetts: Basil Blackwell, 1991. p.1-27.

PURSER, M. Consumption as communication in Nineteenth-Century Paradise Valley, Nevada. *Historical Archaeology*, v. 26, n. 3, p. 105-116, 1992.

RENFREW, C.; BAHN, P. *Arqueología, teorías, métodos y práctica*. Madrid: Ediciones Akal, 1993.

ROTMAN, D.; NASSANEY, M. S. Class, gender, and the built environment: deriving social relations from cultural landscapes in Southwest Michigan. *Historical Archaeology*, v. 31, p. 42- 62, 1997.

SHACKEL, P. A.; LITTLE, B. J. Post-Processual Approaches to Meanings and Uses of Material Culture in Historical Archaeology. *Historical Archaeology*, v. 26, n. 3, p. 5-11, 1992.

SOUSA, A. C. de. *Fábrica de pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (Séc. XIX)*.

Dissertação (Mestrado em Arqueologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 1998.

SOUSA, A. C. de. *Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto socioeconômico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, UFBA, Salvador, 2006.

TRIGGER, B. *A History of archaeological thought*. Cambridge, Massachusetts: Cambridge University Press, 1989.

TUAN, Yi-Fu. *Espaço e lugar: a perspectiva da Experiência*. São Paulo: Difel, 1983.

VASCONCELOS, P. de A. *Dois séculos de pensamento sobre a Cidade*. Ilhéus: Editus, 1999.

YAMIM, R.; METHENY, K. B. (Eds.). *Landscape archaeology: reading and interpreting the american historical landscape*. Knoxville: University of Tennessee Press, 1996.

*Abstract: this paper discuss aspects related to the interpretative potentiality of the social spaces, considering them as objects to the archaeological analysis. This perspective highlights their double nature: as results and vectors of social relations. In this sense, the space is not a mere reflection of the sociocultural phenomena, but acts as a constituent factor, interfering in its symbolic configuration, while processing and transmitting social messages.*

*Key words: landscape archaeology, cultural geography, meanings system*

\* Artigo elaborado com base na dissertação de mestrado *Fábrica de Pólvora e Vila Inhomirim: aspectos de dominação e resistência na paisagem e em espaços domésticos (Séc. XIX)*, defendida em 1998, na Universidade de São Paulo, e na tese de doutorado *Povoados de Cachoeirinha e Massaranduba (Vale do Jequitinhonha, BA): a relação entre espaço, agentes e contexto socioeconômico*, defendida em 2006, na Universidade Federal da Bahia.

\*\* Doutora em Ciências Sociais (Área de Concentração em Antropologia/Arqueologia) pela Universidade Federal da Bahia. Mestre em Arqueologia pela Universidade de São Paulo. Professora nas Faculdades Integradas do Extremo Sul da Bahia. *E-mail: ana\_csousa@yahoo.com.br*